



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**1ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-2999

Email: [primeirasecex@tce.mt.gov.br](mailto:primeirasecex@tce.mt.gov.br)

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DEFESA**

**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

PROCESSO:	2023547/2025
PRINCIPAL:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE COLIDER
GESTOR:	MARIZA BERNARDES DA SILVA
ASSUNTO:	PENSOES
INTERESSADO:	RAFAEL BELLO BARBOSA
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
EQUIPE TÉCNICA:	RITA MARIA LANA PINTO
NÚMERO DA O.S.	4573/2025
APLIC/ControlP	



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. ANÁLISE DE DEFESA</b>	<b>3</b>
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>4</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 10, inciso XXIII, e 211, inciso II da Resolução 16, de 14 de dezembro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico de Defesa referente a pensão por morte temporária, concedida ao Sr. Rafael Bello Barbosa, filho inválido do ex-servidor o Sr. Humberto de Lima Barbosa, aposentado no cargo de Motorista, classe A/nível "02", lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no município de Colíder/MT.

## 2. ANÁLISE DE DEFESA

**O Ministério Público de Contas, requereu a realização de DILIGÊNCIA para a citação do Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Colíder para que:**

**a.1) encaminhe o Laudo Médico Pericial que comprove a invalidez do beneficiário, conforme disposto na Resolução Normativa n.º 003/2015, que aprovou a 5ª edição do Manual de Triagem para Remessa de Documentos, em seu capítulo IV, item 2.3, subitem 6;**

**a.2) encaminhe os documentos que atestem a representação legal, caso existente, conforme disposto na Resolução Normativa n.º 003/2015, que aprovou a 5ª edição do Manual de Triagem para Remessa de Documentos, em seu capítulo IV, item 2.3, subitem 3;**

**a.3) retifique a Portaria n.º 015/2025, fazendo constar o caráter temporário da pensão.**



O gestor do Fundo Municipal de Previdência Social -PREVI-LIDER, fez sua justificativa do Laudo Médico encaminhando-o nos autos, bem como esclareceu que o dependente maior e incapaz, não possui representação legal.

Quanto ao apontamento referente a retificação da Portaria, enviou em anexo neste processo, novo ato concessório, devidamente retificado, e reiterou o registro nos termos constitucionais vigentes.

Do exposto, esta equipe técnica, ratifica as impropriedades apontadas e diante dos documentos anexados pela defesa, entende que :

a.1) O documento apresentado pela defesa, do Laudo médico, comprova a incapacidade do dependente maior (doc. digital nº 637548/2025 - páginas 04 e 05 );

a.2) A declaração do gestor afirmando que o dependente maior e incapaz, não possui um representante legal (doc. digital nº 637548/2025 - páginas e 05 );

a.3) A Portaria nº 036/2025 de 28/07/2025, encaminhada pela defesa devidamente retificada, quanto ao dependente maior e incapaz, que receberá os proventos de forma integral, enquanto permanecer a incapacidade.(doc. digital nº 637548/2025 - página 06), constando ainda a sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso -edição nº 4788, em 29/07/2025( doc.digital nº 637548/2025 -páginas 07/08);

Dito isto, sugere-se ao relator o registro do ato concessório, visto que as **impropriedades apontadas neste processo foram sanadas.**

### 3. CONCLUSÃO



Por fim, com fulcro do art. 100 da Resolução 16/2021, sugerimos ao Conselheiro Relator:

- a) Registro da Portaria nº 036/2025 de 28/07/2025;
- b) Legalidade da planilha de proventos no valor de R\$ 1.402,84;

Em Cuiabá-MT, 28 de agosto de 2025

---

**RITA MARIA LANA PINTO**

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA